

divide opiniões dos políticos

Da sucursal de
PORTO ALEGRE

Enquanto o deputado federal Jorge Uequed, do PMDB gaúcho, considerava ontem que as alterações na Lei de Segurança Nacional aprovadas pelo Congresso se constituem um "avanço significativo", o vice-presidente da Executiva Nacional do PDT, Alceu Collares, classificou como "timidas" as mudanças, argumentando que elas "não aprofundam a necessidade de uma alteração plena não só na Lei de Segurança Nacional, mas na Lei de Greve, na Lei de Imprensa, na legislação partidária, todas elas cheias de vícios do autoritarismo".

Em entrevista no Município de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, o deputado Jorge Uequed frisou que "o simples fato de eliminar da LSN os crimes de imprensa, mandando-os à legislação específica, já representa um passo muito importante. A liberdade imediata para jornalistas enquadrados na LSN não pode deixar de ser ressaltada. A lei é a perfeição desejada, mas tipifica melhor as situações. É mais clara, reduz o arbítrio do ministro da Justiça na apreensão de jornais e revistas, e não é mais crime contra a LSN a propaganda de idéias de partidos na clandestinidade. Poderá ser aperfeiçoada esta lei, mas na verdade no momento foi um avanço significativo".

Para o parlamentar peemedebista, "a violência maior que restou na lei é o direito dado de permanecer o cidadão preso por mera suspeita, mesmo reduzido o prazo. Mas acredito que a prática vai eliminar este artigo". Acrescentou Jorge Uequed ser importante, também, ter sido reduzido o número de autoridades contra as quais os crimes de injúria e difamação são enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Já o vice-presidente nacional do PDT, Alceu Collares, comentou que a "timidez" das mudanças na LSN aprovadas pelo Congresso "é natural, pois essas alterações estão ainda sendo feitas num regime que não se libertou dos defeitos do regime de força. São pequenos avanços, que refletem o movimento de pressão que a sociedade vem fazendo. Mas o ideal é dar por findo o regime autoritário, retirando de todos os organismos do Estado os instrumentos autoritários. É preciso extinguir o chamado ciclo revolucionário, com o retorno dos militares ao exercício de suas funções constitucionais, e a entrega do poder à sociedade civil a partir de eleições diretas e de uma Assembléia Nacional Constituinte para estabelecer uma nova ordem jurídica representativa e constitucional".

Ressaltou Alceu Collares que "não adiantam remendos. O tecido revolucionário está frágil em todas as partes, e à medida que a crise for se aprofundando, irá rompendo-se em diversas partes, levando-nos a aumentar o risco de uma convulsão social".